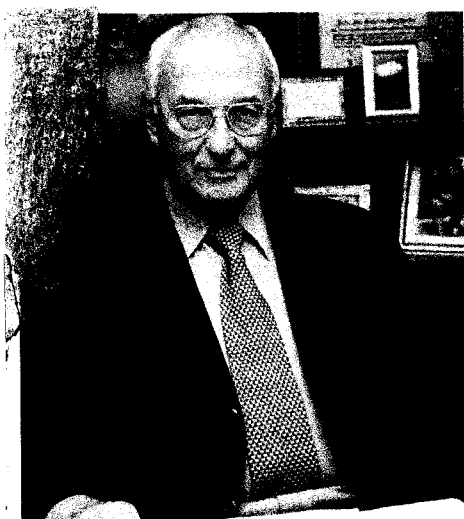




### III – DISCURSOS, TRANSCRIÇÕES, RESENHAS

#### RUY E A PROCURA DE UM ESTADISTA<sup>1</sup>

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS  
(sócio emérito do IHGSP)



Meus primeiros contatos com Ruy Mesquita ocorreram quando presidia o diretório metropolitano do Partido Libertador, de 1962 a 1964. Era o único partido parlamentarista do Brasil, tendo Raul Pilla como seu presidente nacional. Desde o primeiro contato, impressionou-me a objetividade, a precisão de conceitos e a inabalável crença no País e na democracia.

Com o Ato Institucional nº 2, de 1965, abandonei a política, dedicando-me à advocacia e ao magistério universitário. Retomamos nossos contatos quando presidi o Instituto dos Advogados de São Paulo. À época, seu jornal deu cobertura às iniciativas pela redemocratização, assim como contra o abuso tributário. Foi dele a ideia da campanha, encampada pelo IASP e pela Associação Comercial de São Paulo, do “Diga não ao Leão”, a qual levou o presidente Sarney a alterar a legislação do imposto de renda, por força da pressão popular.

Nunca, nos meus 56 anos de advocacia, vi, em matéria fiscal, pressão popular semelhante.

O povo nas ruas obrigou o governo a alterar a legislação, para amenizá-la. E a inspiração foi de Ruy.

Lembro-me da conferência que fez na abertura de congresso que coordenei sobre a Nova Constituição, dez dias antes de sua promulgação, em Belo

<sup>1</sup> Transcrição da Revista Lusofonia, de 28/1/2015.

Horizonte. Suas palavras impactaram a todos os presentes, juristas, senadores, deputados, ministros e governadores. Mas não me dedicarei aqui às inúmeras lições que deixou aos operadores de Direito. Analisarei a conferência que proferiu no I Congresso Nacional de Executivos Financeiros (Jornal da Tarde, 15/10/83) sob o título “*A procura de um estadista*”, e que, hoje, lida, revelou-se profética.

A Editora Saraiva publicou-a, depois, em livro completado com alguns artigos meus também veiculados no JT, intitulado “*O poder*”. Ao reler, após sua morte, aquele fantástico alerta de Ruy, dei-me conta de sua impressionante atualidade. Em análise contundente, mas clara, prevê que poderíamos tornar-nos uma república socialista, se não atalhássemos o aparelhamento do Estado, livrando-o daqueles que gostariam de que toda a cidadania ficasse subordinada aos ditames e humores dos detentores do poder. E alertava para os riscos que a livre iniciativa e livre concorrência poderiam sofrer no Brasil, com a intervenção crescente do Estado, em suas diversas manifestações.

Hoje, no governo da presidente Dilma, com PIB cada vez menor e inflação cada vez maior, sem crescimento previsível pela frente e um alargamento das estruturas oficiais e uma burocracia asfixiante, as previsões de Ruy, dos maiores jornalistas da história do Brasil, revelam-se, infelizmente, atuais.

Nenhum país é tão burocratizado, tão ineficiente em suas estruturas administrativas, tão voltado aos interesses dos próprios detentores do poder, como o Brasil. Quando a remuneração da mão de obra ativa e inativa do governo federal representa 10 vezes o valor da Bolsa Família – que atende a 13 milhões de famílias –, percebe-se que a carga tributária superior a 35% do PIB, em sua maior parte, é destinada à sustentação do “establishment”, assim como ocorre nos governos socialistas.

Não sem razão, o governo brasileiro tudo faz para se curvar aos governos bolivarianos da Venezuela, da Bolívia, do Equador e da Argentina. Alguns destes países, como Argentina, Venezuela e Bolívia, estão com problemas econômicos sérios, entre os quais a alta inflação e o baixo PIB não são os únicos.

O fato de não buscar parceiros confiáveis, não estabelecer acordos comerciais bilaterais – temos três ridículos tratados – e submettermo-nos aos governos desses países, que sempre levaram a melhor nas discussões comerciais com o Brasil, demonstra a nítida preferência do governo brasileiro por essas “quase ditaduras”, silenciando a todos os atentados contra a democra-

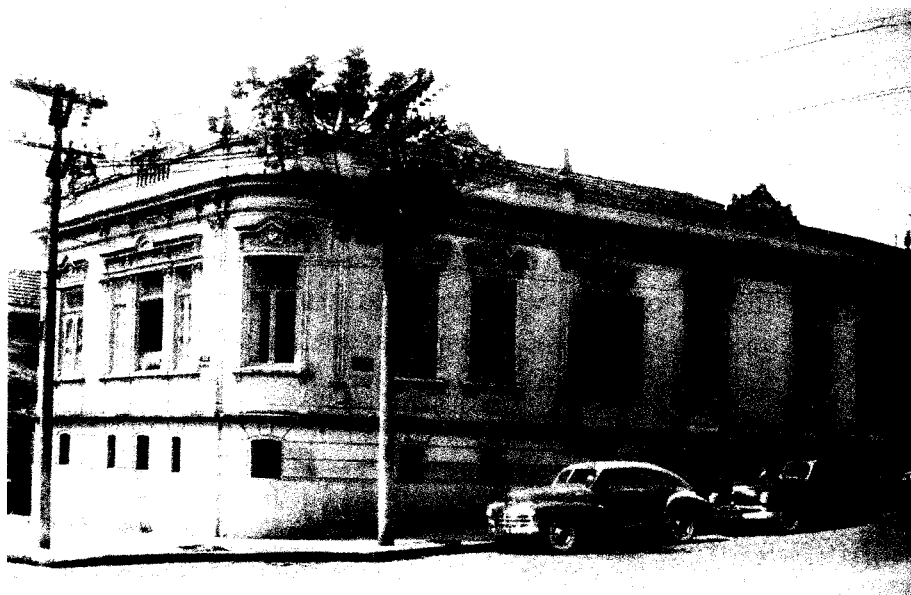


cia, liberdade de imprensa, independência do Poder Judiciário e direitos das oposições, nelas perpetrados.

Diversos editoriais do Estado, nos últimos tempos (ainda sob a supervisão de Ruy), vinham alertando sobre a deterioração da democracia nesses países e o alinhamento brasileiro com tais semidemocracias. Mas o que impressiona, no atual quadro nacional é a semelhança com o começo dos anos 80, o que levou Ruy, naquela antológica conferência, a alertar para os riscos de o Brasil tornar-se uma “República Socialista”.

Reconhecia ele, então, como reconheço nos dias de hoje, que os anticorpos da democracia brasileira contra tais tendências são mais eficientes do que os dos nossos vizinhos. Mas começam a se tornar frágeis em face da preferência ideológica de quem detém o poder e que, no passado, ao lado de outros guerrilheiros formados em Cuba, lutou contra o regime de exceção de 64 a 85, não necessariamente para instalar uma verdadeira democracia, como muitos deles confessaram.

Num momento em que o Brasil precisa de inteligências capazes de diagnosticar os males da nação e propor soluções consequentes, a falta de Ruy será muito sentida. Ele está entre as figuras dos grandes pensadores da comunicação, que marcam época. No seu currículo, o reconhecimento dos detentores do poder nunca lhe fez falta. Mas sua ausência faz incomensurável falta ao Brasil.



Casa da Rua Rego Freitas, n. 59, na esquina com a Rua Eptácio Pessoa, construída na década de 1910 por Sebastião Lebeis. Nela residiram três gerações de Lebeis. Demolida na década de 1950, em seu terreno foi construído o Edifício Harold. Acervo de Paulo Bomfim.



## A CASA DOS LEBEIS<sup>1</sup>

**PAULO LEBEIS BOMFIM**  
(sócio emérito do IHGSP)



Vila Buarque, tão ligada à história dos Lebeis, surgiu na última década do século XIX da antiga chácara do general Arouche, quando seus descendentes juntamente com o senador Rodolfo Miranda e o engenheiro Manoel Buarque de Macedo resolveram loteá-la com planejamento do escritório Martin Burchard. Foi dos primeiros bairros a possuir luz elétrica e água encanada em suas casas. As ruas, no entanto, continuavam iluminadas pela luz mortiça dos lampiões a gás.

O clã do general Arouche ficaria perpetuado no nome das vias que iam surgindo: Rego Freitas, Bento Freitas, Maria Teresa e o grande amigo da família, o padre Amaral Gurgel, lente da Academia de Direito.

Em torno da Vila Buarque, as chácaras do barão de Itapetininga, de dona Angélica, de dona Maria Antônia, de dona Veridiana, do barão de Ramalho e do barão de Souza Queiroz também se transformavam em ruas e avenidas.

Quando nossa família sofreu o primeiro revés econômico, saiu da Rua Direita e passou a morar provisoriamente na Rua General Jardim ao lado das residências de Numa de Oliveira, Horácio Sabino e Luís Antônio Pereira da Fonseca. Numa, Horácio e Luís ficaram conhecidos como “os três taquígrafos” que implantaram a taquígrafia na Câmara dos Deputados.

Próximos dali viviam também os Costa Carvalho, o senador Rodolfo Miranda e os Martins, cujo filho passaria a fazer parte da sigla heroica do MMDC.

Tempos depois, os Lebeis estariam mudando para a morada que meu

---

<sup>1</sup> Transcrição do livro *Insólita Metrópole – São Paulo nas Crônicas de Paulo Bomfim*, org. de Ana Luíza Martins, Ateliê Editorial, Cotia-SP, 2013, p. 40-47.

avô Sebastião mandara erguer na esquina da Rego Freitas com a Epitácio Pessoa.

Seus cunhados Nhonhô Magalhães e Waldomiro Pinto Alves iriam viver na Avenida Higienópolis e nos Campos Elíseos, em mansões tão bem retratadas pela historiadora Maria Cecília Naclério Homem nos livros *Higienópolis: grandeza e decadência de um bairro paulistano* e *O Palacete Paulistano e outras formas de morar da elite paulistana*.

Nessa época, veio parar, em nossa família, um sobrado da Rua Brigadeiro Tobias que pertencera à marquesa de Santos e que alugamos ao Instituto Ciências e Letras do professor Alfredo Pucca.

Voltando aos vizinhos da Rua General Jardim, Numa de Oliveira se mudaria para um palacete neocolonial, na Avenida Paulista, projetado pelo arquiteto português Ricardo Severo, cunhado de Santos Dumont, e pai de Bela, que se casaria com meu tio Armando. Numa foi fundador do Clube Banco do Comércio e Indústria, do Automóvel Clube e, juntamente com Antônio Prado Júnior, do Club Athletico Paulistano. Sua esposa, D. Amélia, era pintora e escultora. Ofereceu à minha avó Zilota o relógio de parede que se encontra em meu apartamento.

Marieta, filha de D. Amélia, foi das maiores amigas de nossa gente. Esposa do psiquiatra Enjolras Vampré, irmão do professor Spencer Vampré, iluminava com a inteligência e com a voz os saraus que passariam a ocorrer no solar da Rego Freitas.

Horácio Sabino sairia da Rua General Jardim para a Avenida Paulista, ocupando vivenda estilo *art nouveau* projetada por Victor Dubugras. A nora do arquiteto, Elsie Dubugras, foi a figura fascinante que, centenária, dirigiu até há pouco a *Revista Planeta*, em cuja redação comparecia diariamente.

No local em que morou Horácio Sabino, ergue-se hoje o Conjunto Nacional. Em homenagem à esposa, abriu em seus terrenos a Vila América, da qual surgiria o Jardim América.

A amizade nascida na Rua General Jardim continuaria pela vida afora. Cesário Coimbra, genro de Horácio Sabino, prócer político, era neto da baronesa de Arary, madrinha de batismo de meu avô Sebastião.

Quando tia Magdalena, na década de 1940, principiou a cantar na Rádio Gazeta, as netas da baronesa indagaram da avó o motivo pelo qual jamais ouvira as apresentações da filha de seu afilhado, e ela respondeu com candura centenária: – Não ouço Magdalena porque não sou assinante da Rádio Gazeta!



A casa dos avós maternos, na Rego Freitas n. 59, falava através do telefone 48901. Setenta anos depois, esse número não me sai da cabeça juntamente com a voz de minha avó Zilota pedindo ao empório Consolação produtos “Philippe Canot” e frisando:

– Não quero nada da “Leal Santos”, que é gaúcha, nada de queijo de Minas e de produtos que lembrem o Nordeste.

Estávamos em 1933, e vivíamos sob a impressão dolorosa produzida pelas tropas que invadiram São Paulo em 1930 e nos combateram em 1932.

O porão da casa era alto, bem arejado e confortável.

Nele moraram meus tios Guilherme, Carlos e Armando quando solteiros, e Raul que permaneceu enquanto a casa existiu. Aí residimos também, meus pais e eu menino, quando mudamos da Praça Júlio de Mesquita. A doença de meu avô Sebastião exigia a presença do meu pai médico.

No porão, terminada a Revolução Constitucionalista, as Lebeis trabalhavam clandestinamente, produzindo objetos artesanais pintados com a bandeira paulista que eram vendidos às ocultas, em benefício das famílias dos combatentes e dos exilados políticos de 1932, que tinham em minha tia Nicota Pinto Alves a grande protetora.

Lembro dos móveis com gavetas secretas onde esconderíamos aqueles inocentes produtos de um sonho, se os homens da ditadura invadissem o refúgio.

Ah! A generosidade das casas de outrora, onde as pessoas nasciam, cresciam, amavam, envelheciam e morriam na paz do Senhor!

Casarões onde sempre havia lugar para os avós, as tias encanecidas, os primos que vinham do Interior estudar na Capital, as crianças e os vencidos pelo temporal da vida!

Habitações que tinham continuidade nos túmulos de família onde todos prosseguiram convivendo em viagens rumo à eternidade!

A entrada da residência era pela Rua Rego Freitas. Subia-se a escadaria de mármore, abria-se a porta e entrava-se no *hall* que dava, à direita, para o escritório de meu avô. Mais adiante a Sala Azul, com o piano meia cauda e a parede forrada de retratos com dedicatórias de Bilac, Alberto de Oliveira, Coelho Neto, Martins Fontes, Vicente de Carvalho, Olegário Mariano, Guilherme de Almeida. Na outra sala, a Amarela, entre dois espelhos imensos, a mobília escura do Império marchetada de madreperla. Duas dessas caadeiras ainda estão comigo. Num canto um piano de cauda coberto com xale

espanhol guardava o toque das mãos de Guiomar Novaes, Antonieta Rudge, Magdalena Tagliaferro, Souza Lima e de tia Yacyra. Sobre o pequeno armário com tampo de mármore, os dois bustos de porcelana de autoria de Paul Dubois, que acompanhavam a família há muitas gerações. Nas fotografias amareladas da década de 1910, lá estão eles contemplando as travessuras das crianças que davam tanto trabalho à *fräulein* Nina, a governanta alemã. Na foto de minha mãe em 1925, vestida de noiva, os bustos das marquesinhas ladeiam seu sorriso. Hoje dão um toque nostálgico aos quadros modernos da sala de jantar do apartamento, onde meu bisneto Victor Paulo aprende a andar olhando para eles.

Em frente ao escritório do avô, com a escrivanhinha onde me escondia e que me acompanha também até hoje, a sala de jantar com seu lustre e cristaleiras parece reter a alegria das reuniões de família e aquela passagem de ano em que Mário de Andrade resolve puxar cordão em volta da mesa, com meus avós, meus pais, tios e primos e, na rabeira, um menino de seis anos que se agarrava ao paletó de um tio, para não sair do ritmo!

Ah! O sabor dos cozidos de outrora, da paçoca de pilão, do biscoito quente e do sorvete que vinha da Confeitaria Elite! Tudo servido pela copeira de vestido preto, avental de renda, luva e toucado branco.

Depois da sala de jantar, o corredor. Do lado direito, os quartos de dormir e o de vestir dos avós com ligação para o de tia Magdalena; em frente, os quartos de tia Cecília e o de mamãe, quando solteiras, a sala de almoço, o banheiro e a copa.

Na cozinha, o fogão à lenha era alimentado todas as semanas por uma carroça que despejava no quintal toras de madeira.

Outra carroça, também semanalmente, vinha recolher a roupa usada.

Fazer e receber visitas fazia parte de um ritual.

“— Hoje é dia de visitar D. Mocinha Macedo Soares, amanhã iremos à casa de Horácio de Mello e de Eponina da Veiga, quarta-feira vovó Zilota vai tomar chá com Isaura Alves Lima, sua amiga de infância.”

“Quinta-feira, Marieta Vampré e D. Amélia Rangel Pestana virão almoçar. Sexta, iremos a um concerto em casa de Marieta Teixeira de Carvalho, na Rua Florêncio de Abreu.

“Sábado, vamos ver Silvia e Noé Azevedo. À noite, todos na Estação do Norte para nos despedirmos de Yacyra e Carlos, que embarcam para o Rio.

“Domingo, não podemos perder o sermão que monsenhor Manfredo





*Leite vai proferir na Igreja do Carmo. À tarde, temos que esperar na Estação da Luz Sinhara Moura, com suas filhas Cotinha e Luciola, que chegam de Araraquara. Depois tomaremos lanche com Nenê Capote Valente, D. Zizinha e as meninas Ulhoa Cintra. Mais tarde, Noêmia Nascimento Gama e Maria da Glória Capote Valente virão dizer poemas num sarau que contará com a presença de Guiomar Novaes, cuja família mora também na Rua Rego Freitas. Tia Cecília, tia Magdalena e Edith Capote Valente encantarão a reunião com suas belas vozes; Martins Fontes já avisou que virá de Santos, e Mário de Andrade trará sua tia para tocar piano, caso queiram dançar. Ah, precisamos saber também se Sinhazinha do Bacharel está melhor e se a prima Sinhá Prado já voltou da Europa!”*

No Carnaval, tios e primos se fantasiavam, e o bando de mascarados rumava para os palacetes de Numa de Oliveira, de Horácio Sabino, de Horácio de Mello. Entre risadas e serpentinas, todos procuravam ocultar suas identidades.

A casa respirava, ria e chorava com os moradores. Era um ser vivo e participante que, quando veio abaixo, deixou em todos a sensação de um crime: a ingratidão contra aquelas paredes confidentes que guardavam segredos de uma época.

Meus pais e eu fomos os últimos a partir. Após a morte de meu avô, minha avó e meus tios Raul e Magdalena vieram morar uns tempos na Bela Cintra. Depois alugaram uma propriedade de Marieta Vampré, na Alameda Campinas, e, posteriormente, compraram o sobrado da Rua General Menna Barreto, onde tia Magdalena continuou a dar lições de canto.

Enquanto nós três permanecemos na Rua Rego Freitas, o casarão, já vazio, gemia e estalava durante a noite, pressentindo o naufrágio que se aproximava.

Somente o pequeno oratório continuou no corredor, lembrando a época em que as mulheres da família, em dia de tempestade, ali se reuniam para invocar a proteção de Santa Bárbara. Cheguei a presenciar certa ocasião minha trisavó Donana, minha bisavó Leôncia, a avó Zilota e mamãe, com as mãos nos ouvidos pedindo à santa que desviasse os raios e abrandasse o ribombar dos trovões. Reminiscências do tempo em que viveram em fazendas sem para-raios, habitando casas-grandes que navegavam ao sabor das tempestades.

À noite, um menino assustado percorria as dependências vazias de seu reino. No escritório, ouvia ainda o pigarro do avô.

Um piano tocava para os espelhos embaçados no salão onde o papel amarelo se desprendia das paredes. Na sala de jantar, um tilintar de talheres e risadas se aninhavam nas cortinas desbotadas. A porta dos quartos de dormir se abria para a treva que adormecera neles.

Somente o porão ainda vivia, com os três sobreviventes acuados pelas sombras que vinham descendo as escadas.

A última pessoa a sair da casa foi minha mãe, que levou consigo a chave da porta da rua. Uma chave que guardou até o fim da vida em sua caixinha de joias e que, pouco antes de morrer, passou às minhas mãos. Chave que fechou para sempre a porta de uma época que se apagava com o derradeiro lampião a gás da Vila Buarque.



## PRESIDENTES, ALVOS FÁCEIS DE SÁTIRAS POLÍTICAS

**DAMÁSIO E. DE JESUS**  
(sócio titular do IHGSP)



Damásio E. de Jesus

Há algum tempo, tive ocasião de tecer comentários elogiosos neste blog<sup>1</sup> sobre um ensaio biográfico de D. Pedro I, escrito pela cientista política cearense Isabel Lustosa. Concluí os comentários manifestando minha curiosidade para ler um outro livro da mesma autora, intitulado “*Histórias de Presidentes — a República no Cateite*”, e dizia que iria procurá-lo. Já estava dando instruções para minha secretária procurar o livro quando tive a alegria de recebê-lo de presente, da própria autora.

Como veem os leitores, além de inteligente, culta e ótima escritora, Isabel Lustosa é também extremamente amável, de modo que posso ter a satisfação de comentar também outra obra de sua autoria.

### A vida curta das sátiras políticas

A dificuldade que Isabel soube superar, com talento, nesse livro, como também em sua tese de mestrado sobre Mendes Fradique, o criador do “metodo confuzo” para ensino de História, Gramática e Geografia, se prende a uma limitação do próprio gênero do jornalismo satírico. Sátira política tem vida curta.

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi composto pela transcrição de quatro sucessivas postagens do “Blog do Prof. Damásio de Jesus”.

Quem explora o gênero, seja como cronista, seja como chargista, geralmente se serve de algum fato corrente de conhecimento geral. Para as pessoas que estão vivendo aquela realidade, a charge ou a sátira dispensa explicações e sua comicidade é evidente, pois piada que exige prolongadas explicações para ser entendida não tem graça nenhuma. Mas, decorrido um tempo maior ou menor, as pessoas esquecem completamente do fato e das circunstâncias que o envolviam e podem já não encontrar a menor graça na charge ou na sátira que, quando publicadas, produziram grande sensação.

Um exemplo não muito antigo me ocorre.

Quando foi publicado o Plano Collor, em março de 1990, foram confiscadas as poupanças e o saldo das contas bancárias além de 50 mil cruzados novos; e também foi alterado o padrão monetário, sendo os cruzados novos extintos e retransformados em cruzeiros. A notícia produziu em todo o Brasil grande comoção. Os meios financeiros e empresariais se agitaram, houve repercussão imediata nas Bolsas e tudo o mais que se pode imaginar.

Para acalmar o mercado, foi marcado um jantar de empresários com a Ministra Zélia Cardoso de Mello, que então comandava a economia nacional. O preço por pessoa era elevado (equivalia, se bem me lembro, a cerca de um terço dos 50 mil cruzados novos que cada conta pudera conservar), mas acorreram empresários em grande quantidade.

Na hora de começar o repasto, porém, foi anunciado que a Ministra não poderia comparecer, por motivo de força maior, mas seria substituída por um assessor capacitado a dar todas as explicações e responder a todas as perguntas.

Decepção geral!...

Irritados, os empresários protestaram ruidosamente, exigiram a devolução dos cheques que haviam passado e chegaram a fazer fila para os receberem de volta. Depois, foram embora em jejum.

No dia seguinte eram lançadas no mercado as novas notas de dinheiro, com o cruzeiro ressuscitado tomando o lugar do sepultado cruzado novo. Nelas figurava a “Marianne”, aquela mulher símbolo da república francesa e de todas as repúblicas do mundo. E muitos críticos maldosos julgaram notar uma semelhança fisionômica entre a Marianne da cédula e a Ministra Zélia, e comentaram que ela, pessoalmente, teria servido de modelo para o desenhista da nota...

Pois bem, na ocasião um jornal paulista publicou uma charge engraça-



díssima, composta por dois quadrinhos, tendo entre o primeiro e o segundo, apenas duas palavras: “Enquanto isso...”.

No primeiro, via-se uma fila de senhores engravatados, com caras embrabecidas, fumando charutos e estendendo as cartolas com a abertura para cima, no gesto clássico de quem está pedindo esmolas. No segundo, a Ministra, languidamente estendida sobre uma *chaise longue*, posava para um artista que a retratava numa tela, a qual representava exatamente os contornos de uma nota de um cruzeiro.

Na época, os fatos estavam tão presentes ao espírito de todos os leitores que era absolutamente dispensável qualquer texto explicativo. Hoje, 27 anos depois, eu precisei tomar a atenção de meus leitores ao longo de vários parágrafos, para tornar inteligível a comicidade da charge. E meus leitores, na sua maioria, suponho que tenham vivido, como eu, aqueles dias.

Daqui a 100 anos, provavelmente só um ou outro erudito, especialista em história política e econômica do Brasil, conseguirá entender a charge.

Esse exemplo mostra bem como a sátira tem vida curta. É um gênero mais apropriado à imprensa do que à literatura, se bem que a literatura tenha grandes exemplos de sátiras geniais, desde o velho Juvenal de Roma, até Cervantes, que comentei recentemente.

O grande mérito da Isabel Lustosa é que ela, com jeito e com talento, consegue superar e vencer essa dificuldade, fazendo com que o leitor não somente entenda e se divirta com as engraçadíssimas sátiras aos nossos primeiros presidentes, mas até, muitas vezes, seja levado a aplicá-las, comparativamente, a personagens bem mais recentes.

Vejamos alguns exemplos. É até difícil escolhê-los, porque todos os antigos presidentes deixaram recordações humorísticas na imprensa brasileira (e sobretudo na carioca, porque já naqueles tempos os cariocas eram geniais “gozadores”, que sabiam apontar com inteligência e com graça os lados ridículos de coisas sérias, como a política nacional). Todos ganharam apelidos. Prudente de Moraes, por exemplo, era conhecido como o Biriba; Rodrigues Alves, como o Papai Grande; Afonso Pena, como o Tico-Tico; Nilo Peçanha, como Moleque Presepeiro; Epiácio Pessoa, como o Tio Pita; Getúlio Vargas, como Gegê etc.

Cada um desses apelidos nasceu de circunstâncias variadas, que na época eram do conhecimento geral. Isabel expõe com clareza essas circunstâncias, para que nós, seus leitores, possamos quase um século depois saborear

devidamente as sátiras impagáveis que os jornais publicaram na época e que ela, hoje em dia, exuma para nossa alegria.

### **Hermes da Fonseca, vítima das chacotas da imprensa**

Depois de muito hesitar, opto por começar por Hermes da Fonseca, que foi presidente no quadriênio 1910-1914. Era Marechal do Exército, sobrinho do Deodoro da Fonseca, que proclamou a República.

Por que começar por ele?

Porque ele, de acordo com Isabel, *“talvez tenha sido a maior vítima presidencial das chacotas da opinião pública e da imprensa brasileira”*.

Hermes foi o preferido dos humoristas. Ganhou não somente um, mas vários apelidos da imprensa. Era designado como Dudu, como Urucubaca e também como Corta-jaca.

O apelido Urucubaca lhe veio de seu irremediável azar. Diziam que ele era “pé-frio” e tudo em que mexia dava errado. Já antes de ser presidente, no mandato de Nilo Peçanha, algumas atitudes do Marechal Hermes teriam redundado em estrondoso fracasso. Aí começaram a chamá-lo de Urucubaca. O apelido ganhou consistência devido a um outro fato: pouco depois de eleito e antes de tomar posse, Hermes estava em viagem à Europa e participou, com o Rei de Portugal, D. Manoel II, de um banquete exatamente na hora em que estava rebentando a revolução republicana que depôs a monarquia portuguesa. E o último Rei de Portugal, D. Manoel II, havia, por coincidência, nascido precisamente no dia 15 de novembro de 1889, dia em que a República fora proclamada no Brasil.

Compreende-se que esses fatos foram glosados, em prosa e verso, pela imprensa gozadora do Rio, e que o apelido Urucubaca tenha “pegado”.

Por que Dudu? Porque na época havia uma marchinha carnavalesca muito conhecida, que estava muito em voga, e falava na urucubaca do Dudu:





Ai, Filomena,  
Se eu fosse como tu,  
Tirava a urucubaca  
Da careca do Dudu.

Na careca do Dudu  
Subiu uma macaca...  
Por isso, coitadinho!  
Ele tem urucubaca...

E por que Corta-jaca? Um tema muito explorado pela imprensa foi o romance, seguido de casamento, de Hermes da Fonseca, com a famosa socialite (termo que não se usava na época, sou eu que estou usando) Nair de Tefé.

Hermes perdeu sua primeira esposa, D. Orsina da Fonseca, em 1912, e no ano seguinte casou-se novamente com Nair de Tefé. O noivo tinha, então, 58 anos de idade e a noiva era trinta anos mais jovem: tinha apenas 28.

Nair de Tefé era, ao que parece, uma mulher pouco convencional, que não receava atrair críticas. Ficou famosa por ser a primeira caricaturista brasileira, publicando na imprensa seus trabalhos, assinados com o pseudônimo Rian, seu prenome ao contrário. Depois de tornada primeira-dama, tomou algumas atitudes que, na época, não repercutiram bem. Uma delas foi promover, no Catete, um rumoroso sarau no qual a controvertida compositora Chiquinha Gonzaga dançou o “corta-jaca”.

Ruy Barbosa, que era então senador da oposição (e tinha sido derrotado por Hermes, nas eleições presidenciais), foi inflexível no seu discurso de protesto:

... Aqueles que deveriam dar ao país o exemplo das maneiras mais distintas e dos costumes mais reservados elevaram o corta-jaca à altura de uma instituição social. Mas o corta-jaca de que eu ouvira falar há mais tempo, que vem a ser ele, Sr. Presidente? A mais baixa, a mais chula, a mais grosseira de todas as danças selvagens...

No terceiro ano de seu mandato, poucos dias antes do carnaval, faleceu o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores e figura respeitadíssima da vida pública brasileira. Hermes teve a infeliz ideia de decretar que, em homenagem ao falecido, a comemoração do carnaval ficaria adiada para dois meses depois. O resultado é que, naquele ano, houve dois carnavais, o

tradicional, celebrado pela população na data costumeira, e o “carnaval do Barão”, dois meses depois.

Um jornal carioca celebrou o fato com estes versinhos:

Com a morte do Barão  
Tivemos dois carnavá.  
Ai que bom, ai que gostoso  
Se morresse o Marechá...

A imprensa glosava muito, também, a ignorância que se atribuía ao presidente. Contava-se que, certa vez, estava adoentado quando foi visitado pelo Senador Pinheiro Machado, a “eminência parda” do regime.

Pinheiro Machado encontrou o presidente na cama, embrulhado em grossos cobertores e com as janelas fechadas.

— V. Exa. não sara desse jeito, Sr. Presidente, com essas janelas hermeticamente fechadas!

Hermes da Fonseca, sempre obediente, como de costume, a Pinheiro Machado, seguiu seu conselho, mandou abrir as janelas e sarou da doença.

Algum tempo depois, quem caiu doente foi Pinheiro Machado. Quando o visitou, Hermes estranhou as janelas fechadas e foi logo perguntando:

— Como é que o Senador quer sarar, com essas janelas pinheiristicamente fechadas?

Atribuía-se a Hermes uma queixa amarga, feita contra seu rival Ruy Barbosa:

— Quando o Ruy escreveu a Constituição, ele já tinha inveja de mim, e foi por isso que não fez o quadriênio de dez anos...

Medeiros e Albuquerque, o cáustico hipercrítico, afirma que o melhor atestado da pouca inteligência do primeiro mandatário da nação foi o fato de que, durante os dez meses em que vigorou estado de sítio, no seu quadriênio, uma ordem da polícia proibiu que os jornais dessem palpites, no então legal jogo do bicho, no Burro, porque poderiam ser interpretados como alusões ao Exmo. Sr. Presidente da República.

Por incrível que pareça, nesses dez meses foram registrados palpites em favor de toda a bicharada, de A até Z, com a única exceção do Burro, que nunca foi indicado...

Isso é o que diz o Medeiros e Albuquerque. Não verifiquei, na imprensa





da época, se foi assim mesmo ou se era blefe. Creio que nem a Isabel se deu ao trabalho de verificar, apenas registrou o comentário.

De qualquer forma, na imprensa, e sobretudo na imprensa humorística, de acordo com o velho axioma, “o que vale não é o fato, é a versão”...

### Washington Luiz, o “Paulista de Macaé”

Passo agora a comentar um personagem praticamente esquecido das novas gerações, mas que num passado não tão remoto assim marcou época no Brasil. Falarei de Washington Luiz, o “Paulista de Macaé”, ao mesmo tempo sizado e folgazão, respeitável e brincalhão. Também ele deixou memória nos registros humorísticos de seu tempo.

Washington Luiz, o último dos presidentes da nossa Primeira República, foi um homem-símbolo representativo dessa fase. Externamente, seu aspecto era respeitabilíssimo; comentava-se que as solas dos seus sapatos se gastavam por igual, porque, por método, pisava de tal jeito que a planta dos pés tocava o solo por inteiro, sem o menor desvio para a direita ou para a esquerda (não uso essas palavras no sentido ideológico e político, é claro!). Até esse ponto levava seu espírito disciplinado e metódico!

Mas era homem jovial, gostava de festas populares, e, segundo consta, não se pejou de, certa vez, corresponder ao “cumprimento” de um grupo de opositores que o vaiou, enfiando dois dedos na boca, como qualquer moleque de rua, e soltando um estridente assobio que surpreendeu e desconcertou os opositores, que, sem entender a reação do presidente, se calaram. Diz-se que fez o mesmo no momento de embarcar para o exílio, depois apeado do poder pela revolução de 1930. Passo a palavra a Isabel Lustosa:

A própria imagem pessoal de Washington, a sua constante presença em bailes carnavalescos, a sua ligação com o teatro, com a ribalta, faziam dele uma personagem simpática, meio boêmia, meio sofisticada. No Palácio Guanabara, comandava as festas, entoando marchinhas, com a sua



excelente voz. O companheiro destas tertúlias era o prefeito do Rio de Janeiro, Antônio Prado Jr. Por conta disto, no começo do seu mandato, chamavam-no de Alegre Político de Macaé, ou o Rei da Fuzarca. Só mais tarde é que prevaleceu o apelido que lhe deu a oposição: Dr. Barbado.

Após essas palavras, entretanto, Isabel Lustosa julgou conscienciosamente dever acrescentar a seguinte ressalva, em nota: *“O Prof. Américo Jacobina Lacombe, em depoimento à autora, disse que foi a todos os bailes do Palácio Guanabara enquanto Washington Luiz foi Presidente e que nunca o viu sequer dançar. Supõe que talvez o fizesse em reuniões mais íntimas”*.

Como Prefeito da Cidade de São Paulo e Presidente do nosso Estado (saibam os leitores mais jovens que, na Primeira República os governantes estaduais tinham o título de Presidentes, e que naquela época cada unidade da Federação tinha o seu Senado) fez administrações notáveis. Na área cultural, muito lhe devemos, pois iniciou a publicação sistemática da documentação primária do conteúdo dos arquivos públicos, inclusive reproduzindo, na série “Documentos interessantes para a História de São Paulo”, as primeiras atas da Câmara Municipal da cidade. Publicou também estudos históricos nesta “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo” e foi o criador do Museu do Ipiranga.

Já como Presidente da República, foi quem deu impulso à criação das grandes estradas. *“Governar é abrir estradas”*, era o seu lema. Diziam, mal-dosamente, seus detratores que esse lema era seu desde 1906, quando, ainda jovem, exercia as funções de Secretário da Segurança Pública de São Paulo e teve a ideia de colocar para trabalhar, nas obras de reconstrução da estrada de Santos (em regime de trabalho não bem exatamente voluntário, diga-se por eufemismo), os detentos da Delegacia de Vadiagem da capital.

Depois de 15 longos anos passados no exílio, retornou a nossa pátria após a queda de Getúlio, em 1945. E ainda viveu, cercado de respeito e consideração gerais, alguns anos. O infeliz desfecho da ditadura varguista e o também inevitável desgaste dos governos que se seguiram contribuíram para que, na memória e no imaginário popular, aquele venerando ancião de barbas brancas e aspecto respeitável personificasse a recordação saudosa de *“velhos tempos que não voltam mais”*.



## O campineiro Campos Sales, saneador das finanças nacionais

Passo agora a falar de outro presidente que, curiosamente, terminou seu mandato muito impopular, mas a perspectiva histórica lhe foi muito favorável e em larga medida o reabilitou: o campineiro Manoel Ferraz de Campos Sales.

Campos Sales praticou uma virtude muito rara num regime republicano: teve largueza de visão e coragem para tomar medidas impopulares, indispensáveis para o bem do país, medidas que normalmente um político eleito prefere não ter que tomar, empurrando para seus sucessores os problemas difíceis de resolver, especialmente quando suas soluções são dolorosas e fazem perder as boas graças do eleitorado.

Depois da proclamação da República, as finanças brasileiras, que em linhas gerais foram muito sólidas ao longo do reinado de D. Pedro II, rapidamente se deterioraram. O episódio do Encilhamento, de que foi protagonista Ruy Barbosa, com a permissão concedida para os bancos privados emitirem e lançarem ao público títulos com valor de moeda corrente (estou me exprimindo em termos simplificados, por comodidade de linguagem), produziu um rapidíssimo *boom* nas bolsas, com euforia generalizada, ao qual se seguiu, também rapidísimamente, a explosão de uma “bolha” no mercado. Foi a primeira catástrofe financeira da nossa história, como nunca antes houvera e como, depois, somente em 1929 tivemos similar.

Aos governos militares de Deodoro e Floriano, seguiram-se os de três paulistas – Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, respectivamente nos quadriênios 1894-1898, 1898-1902 e 1902-1906 – os quais tiveram entre si uma continuidade política também rara na nossa República. Depois do reordenamento político iniciado por Prudente, que passou quase todo o seu governo tentando apagar os restos dos incêndios do período florianista, coube a Campos Sales ordenar as finanças do País, o que fez com mão forte e sem temer críticas. Deu total apoio a seu ministro das Finanças, o médico homeopata Joaquim Murtinho, e este cuidou das finanças não ao



modo suave e processivo dos homeopatas, mas do modo firme e drástico dos cirurgiões alopatas: cortou o que tinha que cortar, feriu a muita gente, prejudicou a muitos interesses privados e, sem temer a impopularidade, pôs ordem nas finanças da casa.

Coube a Rodrigues Alves, depois, um período fecundo de consolidação da República, ajeitando e embelezando a Capital Federal – a Cidade Maravilhosa que até hoje, apesar de tantos fatores adversos trazidos com os tempos novos, ainda encanta os turistas do mundo inteiro e nos encanta a nós, brasileiros de qualquer parte do país. Cuidou também do aspecto sanitário da capital, até então muito pouco objeto das atenções dos sucessivos governos. E coube a ele, por meio de seu Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, redesenhar o mapa do Brasil, fazendo acordos e assinando tratados de delimitação de fronteiras com todos os nossos vizinhos. Foi um trabalho ingente, difícil, demorado, que nos assegurou sem guerras um aumento considerável do nosso território e, bem inapreciável, fronteiras pacíficas que nos evitaram, ao longo de todo o século XX, conflitos fronteiriços.

Essa a obra dos três grandes presidentes paulistas. Não digo, evidentemente, que foram perfeitos. Todos os três tiveram falhas, tiveram até falhas graves. Mas não seria justo lhes negar o reconhecimento do muito que fizeram.

Voltemos a Campos Sales. Diferentemente de seu antecessor, que saiu do Catete cercado pela admiração e respeito generalizados, Campos Sales saiu vaiado. Na época muitos o consideraram o pior dos presidentes que até então o Brasil tivera.

Alguns jornais o denominavam, pejorativamente, o Patriarca do Banhão, alusivo à região do Estado de São Paulo em que possuía terras. Chamaram-no também de Campos Selos (devido a uma lei que instituiu, controlando a circulação de mercadoria por meio de obrigatórias estampilhas) e de Pavão, alusivo à vaidade enorme que, segundo os adversários, o caracterizava. A vaidade também lhe teria valido o apelido de Baiacu, o peixe que se estufa todo ao menor toque, sendo por isso, a par do pavão, tido como símbolo da vaidade.

A imprensa hostil glosou também muito o rumor – nunca se tirou inteiramente a limpo se verdadeiro ou não – de que o presidente, embora regularmente casado, tenha tido um “caso” com a esposa de um proprietário de jornal subsidiado pelo governo e, por isso mesmo, condescendente com o adultério da mulher.



Tudo isso não impede que se afirme: somente o tempo lhe fez justiça e permite aquilatar seu papel na história do Brasil republicano.

Concluo estes comentários sobre Campos Sales transcrevendo do livro de Isabel Lustosa um documento curioso, revelador do teor de relações humanas de um século atrás. Trata-se de uma carta escrita pela esposa de Campos Sales, D. Ana Gabriela, à sua amiga Catita, filha mais velha de Rodrigues Alves. Sendo o novo presidente eleito viúvo, quem faria as vezes de primeira-dama seria sua filha mais velha. A carta é realmente saborosa:

D. Catita,

Apresso-me em responder a sua carta, dando-lhe os esclarecimentos precisos. Há três anos que tenho, aqui no meu serviço, copeiro e cozinheira que já tinham me servido em São Paulo mais de um ano. São muito sérios, já de meia idade, preenchem muito bem as funções e mostram desejo de continuar ao serviço do Palácio. Penso que seria acertado tomá-los pelo menos para os primeiros tempos, até a senhora conhecer bem a casa e as suas necessidades, reservando-se o direito de despedi-los, se não agradarem. A criada de quarto vai comigo. Quanto à lavagem de roupa, penso também que a senhora deve começar lavando a roupa fora até poder ajuizar por si mesma se convém fazer esse serviço em casa. Se quiser, recomendarei a lavadeira que me serviu durante quatro anos. É muito séria, muito pontual, lava e engoma bem. Mora na ladeira do Ascurra, e não em cortiço, o que é uma garantia. O palácio possui roupa de cama completa e de mesa para uso diário e banquetes.

Desculpe ter descido a particularidades, se o faço é lembrando-me do embaraço em que me vi entrando para o Palácio alheia a tudo, e tendo ao meu serviço um pessoal incompetente. Pretendo deixar a casa muito em ordem, de modo que a senhora encontrará tudo aquilo de que precisa. ...

Outros tempos!...

Será que as primeiras-damas de períodos mais recentes de nossa história também tiveram o trabalho de deixar recomendações escritas a suas sucessoras, ajudando-as na adaptação a suas novas funções? Seria um exercício interessante imaginar, por exemplo, uma carta de D. Sarah Kubitschek a D. Eloá Quadros, ou de D. Marly Sarney a D. Rosane Collor, ou de D. Ruth Cardoso a D. Marisa Lula da Silva...

Se eu tivesse tempo, gostaria de me dedicar, por puro diletantismo e curiosidade a esse exercício: redigir um livro intitulado “Cartas imaginárias

---

DAMÁSIO E. DE JESUS

de primeiras-damas”. Não teria o menor interesse para ser publicado, mas seria muito interessante o exercício intelectual de imaginá-lo e escrevê-lo, analisando as várias psicologias das hipotéticas missivistas e as circunstâncias históricas de cada transmissão de poder...

Fica aqui a ideia para algum jornalista inteligente. Daqui a 100 anos, alguma futura Isabel Lustosa exumará esse livro e o divulgará... e algum futuro Damásio se entusiasmará com o trabalho e, por sua vez, o espalhará em algum blog... se é que ainda existirão blogs em 2117!